

Governo tenta reduzir prazo para a CPMF

Há pareceres jurídicos que permitiriam artifício, que evitaria perda de cerca de R\$ 2 bilhões

CLÁUDIA CARNEIRO
e NELSON BREVE

BRASÍLIA – O governo estuda a hipótese de dispensar a obediência da “noventena” – período de carência de 90 dias para entrada em vigor – para a prorrogação da vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Segundo o líder do PSDB na Câmara dos Deputados, Aécio Neves (MG), existem pareceres jurídicos que admitem a possibilidade da dispensa da “noventena” para a parcela de 0,20% da nova alíquota, uma vez que essa é a alíquota vigente. Esse artifício evitaria que o governo perdesse cerca de R\$ 2 bilhões por causa do atraso na aprovação da CPMF.

A dispensa da noventena poderá provocar demandas judiciais. Mas, ainda assim, a receita seria mantida porque o governo conseguiu transformar em lei a medida provisória que permite ao Tesouro Nacional a apropriação dos depósitos judiciais provenientes de ações contra o pagamento de tributos e contribuições.

O líder do PSDB disse ainda que os líderes governistas continuam estudando a hipótese de alterar o regimento da Câmara para permitir uma tramitação mais ágil de

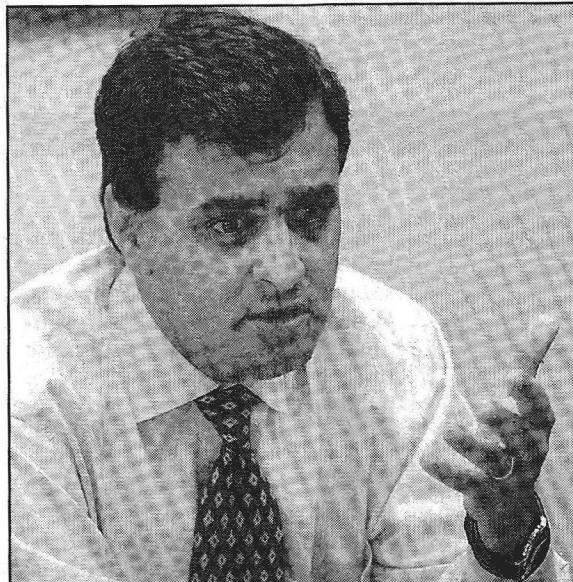
uma proposta de emenda constitucional. Se essa alteração for aprovada pela base governista, o período de tramitação da CPMF na Câmara poderia ser reduzido de três meses para cerca de 40 dias. O prazo regimental de cinco sessões para a discussão, no plenário do Senado da emenda que prorroga a CPMF por 36 meses com novas alíquotas.

Pelo projeto em tramitação, nos primeiros 12 meses a alíquota subirá de 0,20% para 0,38%. Depois disso, a alíquota será de 0,30%. A arrecadação até 0,20% do cheque emitido será para a área da saúde. O restante vai para a Previdência.

Para o governo, a CPMF é a matéria mais importante da pauta da convocação extraordinária. O líder do governo, senador Elcio Alvares (PFL-ES), previu que a proposta será votada em primeiro turno por volta dos dias 8 ou 9 de janeiro, já no período da convocação, que começará dia 4. O segundo turno deve ocorrer no dia 23. A tramitação na Câmara dos Deputados começará logo em seguida.

O governo precisará encontrar formas de tapar um buraco em suas contas da ordem de R\$ 7 bilhões em 1999, caso o aumento da CPMF comece a ser cobrado somente em julho, como prevêem líderes governistas no Congresso. Dessa forma, todo o ganho que o governo teria ao elevar a alíquota da contribuição dos atuais 0,2% para 0,38% será consumido pelo atraso no início da cobrança.

Pelas contas dos técnicos da



José Paulo Lacorda/AE-11/1/198

Aécio: estudo para alteração de regimento da Câmara

**ATRASO
PODE ABRIR
ROMBO DE
R\$ 7 BILHÕES**

área econômica, a elevação da alíquota da CPMF renderia R\$ 7,293 bilhões em receitas extras ao longo de 1999. O cálculo foi feito considerando que o aumento entraria em vigor em janeiro. Na área política, porém, a hipótese é outra: que a nova alíquota só começará a ser cobrada em julho. Nesse caso, o governo perderá metade do ganho inicialmente previsto, ou seja, cerca de R\$ 3,5 bilhões.

Além disso, o governo poderá perder algo em torno de R\$ 3,5 bilhões também pela suspensão da cobrança da CPMF ao longo do primeiro semestre de 1999. A regra atualmente em vigor prevê que a contribuição será cobrada até 23 de janeiro. Depois dessa data e até julho – quando provavelmente começará a ser recolhida a CPMF de 0,38% –, não haveria arrecadação da contribuição. O governo perderia, portanto, pouco menos de me-

de R\$ 16,344 bilhões prometido ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para as contas do governo central, em 1999. O secretário de Política Econômica, Amaury Bier, admitiu que serão necessárias medidas compensatórias à perda de receitas decorrentes da CPMF. Ele não quis, porém, especular sobre como o problema seria contornado – se com novos cortes nas despesas, ou com mais aumento de tributação.

O governo pretende cobrar 0,38% de CPMF ao longo de 1999. Nos anos 2000 e 2001, a alíquota ficará em 0,30%. O ganho estimado é de R\$ 4,2 bilhões no ano 2000 e de R\$ 4,5 bilhões em 2001. O adicional de receitas proporcionado pelo aumento da alíquota deverá ser utilizado para reduzir o déficit da Previdência.

■ Colaborou Lu Aiko Otta

tade dos R\$ 8 bilhões previstos em arrecadação da CPMF, estimados na hipótese de o tributo continuar a ser cobrado sem aumento. A perda total, portanto, poderá chegar à casa dos R\$ 7 bilhões.

Se a frustração de receitas não for compensada de alguma maneira, o atraso na CPMF custará quase metade do superávit primário